

# INCUBAÇÃO DE REDES LOCAIS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: LIÇÕES E APRENDIZADOS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO PROJETO ECO-LUZIA E DA METODOLOGIA DA ITES/UFBA

**Genauto Carvalho de França Filho\***  
**Eduardo Vivian da Cunha\*\***

## Resumo

O presente texto discute o tema da incubação tecnológica no campo da economia solidária. Neste âmbito de práticas, busca-se situar a especificidade da incubação de redes locais de economia solidária em relação à incubação de cooperativas populares, no intuito de apreender o caráter inovador da primeira em relação à segunda, bem como seu alcance, limites e desafios em termos metodológicos. A discussão proposta toma como base o exame da experiência da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia (ITES/UFBA) e de um de seus casos de aplicação, qual seja, o Projeto Eco-Luzia no bairro de Santa Luzia em Simões Filho, município da região metropolitana de Salvador. Este caso ilustra a constituição de uma rede local, utilizando-se a metodologia que envolve esse tipo de incubação. Dois eixos centrais de análise nortearam o entendimento do caso: a realidade local de Santa Luzia, de um lado, e o comportamento do agente incubador, do outro. Observa-se, com isto, que o fator local, assim como o fator metodologia, combinados, representam elementos decisivos na definição dos rumos (avanços e limites) de um processo de incubação dessa natureza.

**Palavras-chave:** Incubação. Redes Locais. Economia Solidária

*Incubation of Local Solidary Economy Networks: lessons and learning from the experiences of the Eco-Luzia project and the ITES/UFBA method.*

## Abstract

This text discusses the theme of technological incubation in the area of solidary economy. We aim to situate the specificity of incubation of local networks of solidary economy in relation with the incubation of popular cooperatives in order to learn about the innovative nature of the former in relation to the latter as well as its reach, constraints and challenges in methodological terms. We make use of the experience of the Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial at the Federal University of Bahia (ITES/UFBA) and analyze the Eco-Luzia project in the neighborhood of Santa Luzia in Simões Filho, a municipality in the metropolitan area of Salvador. This case study illustrates the setting up of a local network using the methodology for this type of incubation. Two main axes of analysis guided the case study: the local conditions in Santa Luzia on the one hand and the behavior of the incubating agent on the other. We observed that the local factor like the method when combined constitute decisive elements in the definition of direction (advances and limits) in an incubation process of this nature.

**Key words:** Incubation. Local Networks. Solidary Economy

\* *Doutor em Sociologia pela Université de Paris VII. Prof. da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia – EAUFB. Endereço: Av. Miguel Calmon, s/n, 3º andar. Salvador-BA. E-mail: genauto@ufba.br*

\*\* *Doutorando em Administração pelo Núcleo de Pós-Graduação em Administração da EAUFB. Prof. da Universidade Federal do Ceará. E-mail: cunha1979@gmail.com*

A incubação tecnológica de empreendimentos de economia solidária, mais conhecida devido à experiência das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), constitui uma das maiores inovações introduzidas no âmbito da extensão universitária brasileira nos últimos anos. Trata-se de um fenômeno recente, mas que conhece um franco processo de ascensão no Brasil. Em primeiro lugar, devido ao número expressivo de tais experiências, que já somam hoje mais de 130 incubadoras e articulam-se em torno de duas redes nacionais principais denominadas, respectivamente, de Rede Unitrabalho e Rede de ITCPs. Em segundo lugar, tal ascensão explica-se pelo crescente reconhecimento institucional de tais experiências, cujo marco foi a criação do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares do Ministério do Trabalho, iniciado em 2004, mais conhecido pela sigla Proninc. Além disso, os recentes editais públicos de apoio às Incubadoras Tecnológicas, atuando neste âmbito, oriundos tanto de secretarias de governo em parcerias com fundações e institutos de apoio à pesquisa, quanto de outras instituições públicas, fazem prova da importância assumida pela temática atualmente.

O presente texto problematiza a prática da incubação no campo da economia solidária. O objetivo é mostrar como a metodologia de incubação de redes locais de economia solidária distingue-se da tradicional incubação de cooperativas populares em termos dos seus avanços e limites. A análise empreendida leva em consideração o exemplo pioneiro da metodologia de incubação de redes locais desenvolvida pela Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia (ITES/UFBA), bem como um dos seus casos de aplicação, representado pela experiência do Projeto Eco-Luzia, que acontece no bairro de Santa Luzia em Simões Filho, município da região metropolitana de Salvador.

Para realização deste propósito, o texto se estrutura em cinco partes. Após esta introdução, num segundo momento, é feita uma contextualização geral do tema, incluindo aí sua distinção em relação à tradicional incubação de base empresarial. A idéia é evidenciar o surgimento das práticas de incubação em economia solidária, suas características e desenvolvimento enquanto incubação de cooperativas populares, e sua diferença em relação à incubação de redes locais de economia solidária. Num terceiro momento, discute-se, especificamente, essa metodologia de incubação de redes locais, a partir do exame do referencial conceitual e metodológico que vem sendo empreendido pela Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia (ITES/UFBA), no intuito de apontar o alcance e desafios implicados em tal proposta. Num quarto momento, analisa-se uma das experiências de implantação de rede local de economia solidária levada a cabo pela ITES/UFBA, através do Projeto Eco-Luzia, desenvolvido na comunidade de Santa Luzia em Simões Filho, município pertencente à região metropolitana de Salvador. A própria experiência vivencial dos autores no processo de incubação em questão serviu de base metodológica para análise do caso, por meio do recurso de observação participante como eixo investigativo central. Finalmente, nas considerações finais do trabalho, faz-se um balanço do caso Eco-Luzia e apontam-se alguns elementos fundamentais para avaliação do alcance, limites e desafios envolvidos num processo de incubação dessa natureza.

### Contextualização Geral: de que gênero de incubação estamos tratando?

A incubação tecnológica é uma experiência recente no Brasil e esteve voltada para o setor privado de mercado. As primeiras iniciativas aparecem entre os anos de 1985 e 1990, a partir da implantação de seis unidades incubadoras ins-

piradas em um programa do CNPQ, que criou os NITs (Núcleos de Inovação Tecnológica), em 1982. Estes tinham por objetivos realizar a aproximação entre universidades e empresas privadas e a descentralização do desenvolvimento tecnológico (LEMOS *apud* HIGUCHI; MACHADO; TEIXEIRA, 2006). As primeiras experiências foram as incubadoras que se originaram dos parques de São Carlos-SP (1985) e Campina Grande-PB (1988); as Incubadoras do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB) e da Fundação de Biotecnologia (BIORIO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1986; a Incubadora Empresarial Tecnológica da Fundação Centro de Referência em Tecnologia de Informação (CERTI), em Santa Catarina (1987), posteriormente denominada Centro Empresarial para Laboração de Tecnologias Avançadas (CELTA); e a Incubadora Tecnológica de Curitiba (INTEC), ligada ao Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), em 1990 (HIGUCHI; MACHADO; TEIXEIRA, 2006)

Atualmente, tais incubadoras perfazem mais de 300 experiências, e a sua definição, segundo a ANPROTEC (2008), é de que estas são um "local especialmente criado para abrigar empresas oferecendo uma estrutura configurada para estimular, agilizar, ou favorecer a transferência de resultados de pesquisa para atividades produtivas". Com esse programa, espera-se que a empresa, que pode ser de base tecnológica ou tradicional (dependendo da incubadora), possa estar "pronta para enfrentar a realidade de mercado contando com seus próprios recursos para a instalação física" (2008). Com isto, existem casos em que essas incubadoras abrigam fisicamente tais empresas em fase inicial, e prestam o serviço de assessoria mediante uma taxa subsidiada.

A incubação no campo da economia solidária é ainda mais recente e difere, substancialmente, da incubação de empresas privadas. No âmbito da Universidade, por exemplo, esse outro tipo incubação inaugura uma preocupação em dirigir o desenvolvimento da pesquisa tecnológica para o trabalho ou a sociedade, invertendo uma lógica tradicional de investimento direcionado ao mercado. Esse trabalho de incubação em economia solidária parece refletir, ainda, um novo momento da história do trabalho de assessoria à organização popular, no Brasil, que esteve fortemente ligado a algumas ONGs e instituições vinculadas a setores progressistas da Igreja. Em certa medida, a incubação em economia solidária, hoje, reatualiza e resignifica um certo número de práticas de assessoria aos movimentos sociais. Em especial, fortalece o apoio técnico em gestão que antes era praticamente ausente dos processos de formação política (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009).

Mais conhecida atualmente como incubação tecnológica de cooperativas populares, a incubação em economia solidária conhece um crescimento muito expressivo nos últimos anos, especialmente no interior das universidades, principalmente as públicas. Esse crescimento acontece na forma de um movimento que se articula em torno de duas redes principais: uma filiada à fundação Unitrabalho e a outra se constituindo como rede própria, mais conhecida como rede de ITCPs. Atualmente, no Brasil, existem cerca de 100 iniciativas filiadas à rede UNITRABALHO (2008) e, aproximadamente, 30 à Rede de ITCPs (ITCP; COPPE/UFRJ, 2008), perfazendo um total de mais de 130 incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. A novidade mais recente nesse processo diz respeito ao surgimento de incubadoras públicas de economia solidária, fruto da iniciativa de diferentes governos em nível municipal e estadual. Tais incubadoras públicas encontram-se, normalmente, inseridas em centros públicos de economia solidária, os quais constituem ações estratégicas na agenda das recém criadas políticas públicas de economia solidária que começam a ser implementadas em algumas experiências de governos municipais e estaduais (FRANÇA FILHO, 2006).

### Origens e características da incubação em economia solidária: a ênfase nas cooperativas populares

A incubação no âmbito da economia solidária apresenta diferenças significativas em relação à incubação empresarial. Em primeiro lugar, ela esta voltada,

geralmente, para um público de baixa renda que se organiza, na maior parte dos casos, em pequenas cooperativas. Segundo, nesse processo, normalmente, não incidem taxas como um componente importante dos subsídios sobre os empreendimentos incubados. Em terceiro lugar, as iniciativas incubadas também não são abrigadas pelas instalações das incubadoras, a exceção de alguns casos de incubadoras públicas. Uma quarta diferença muito próxima da primeira, e de fundamental importância, é justamente o recorte, que faz com que a incubação em economia solidária lide, principalmente, com empreendimentos solidários, de preferência no formato de cooperativas, incitando a constituição de processos de autogestão nos empreendimentos criados (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009).

Apesar de algumas referências apontarem para o fato da primeira cooperativa "incubada" ter surgido na Universidade Federal de Santa Maria (RS), a iniciativa pioneira deste tipo de prática é a da COPPE/UFRJ. Esta foi uma experiência pontual e se deu com a criação da Cooperativa de Manguinhos, no Rio de Janeiro (LEMOS *apud* HIGUCHI; MACHADO; TEIXEIRA, 2006). Assim, a incubação em economia solidária veio desenvolvendo-se, sobretudo, como incubação de cooperativas populares. Em que pese a importância e os avanços dessa abordagem, ela apresenta uma série de limites.

A incubação de cooperativas individuais e, mais especificamente, as ITCPs, cumprem papéis de extrema importância dentro do campo da economia solidária. Um deles é o de capacitar os empreendimentos, tirando muitos deles da informalidade e da precariedade, permitindo uma renda digna para os seus participantes. Um segundo é a articulação de novas políticas públicas no campo da geração de trabalho e renda (CUNHA, 2002). Já um terceiro, estaria ligado ao processo de organização das próprias ITCPs, que vêm se congregando em torno de redes nacionais, o que dá consistência à proposta e ajuda no próprio processo de organização política das práticas de economia solidária.

A abordagem de incubação de empreendimentos individuais, entretanto, pode apresentar algumas limitações que a incubação de redes pretende, em parte, dirimir. A principal delas é, precisamente, seu caráter pontual. Ou seja, ao incubar um único empreendimento, todo o esforço está depositado nas capacidades desse empreendimento sobreviver, na maioria dos casos, em um ambiente de competição de mercado. Como as dificuldades dos grupos incubados são de inúmeras ordens - *déficits* de formação das pessoas, condições de infra-estrutura e tecnologias inadequadas ou insuficientes nos locais de implantação de muitos empreendimentos, marco regulatório de funcionamento dos empreendimentos insatisfatório para sua realidade, entre outros -, as possibilidades de sobrevivência de tais empreendimentos, nas condições do mercado, tornam-se menores. Ou seja, os empreendimentos de economia solidária, nesses casos em que estão agindo isoladamente, enfrentam as mesmas dificuldades das micro e pequenas empresas em se manterem, somadas ainda com as dificuldades acima mencionadas. Dois efeitos negativos podem advir dessa situação: de um lado, um certo prolongamento do tempo de incubação em razão dos subsídios aportados; e, do outro, a constatação de casos em que o êxito do empreendimento passa pela incorporação de lógicas de funcionamento privado que comprometem o propósito e a finalidade original da iniciativa. Além disso, como a lógica da incubação é de cooperativa apenas, os benefícios do empreendimento podem limitar-se ao grupo que compõe a organização e não, necessariamente, ao público mais amplo do território no qual a iniciativa fora gestada.

Por que, então, incubação de redes locais de economia solidária?

Uma rede de economia solidária significa uma associação ou articulação de vários empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária com vistas a constituição de um circuito próprio de relações econômicas e intercâmbio de experiências e saberes formativos. São dois os principais objetivos de uma rede de tal natureza: permitir a sustentabilidade dos empreendimentos e/ou iniciativas de

economia solidária em particular; e fortalecer o potencial endógeno de um território quanto à capacidade de promoção do seu próprio processo de desenvolvimento (MANCE, 2003; FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009).

Em termos tipológicos, as formas de manifestação de uma rede de economia solidária podem se dar de três maneiras: transterritorialmente, territorialmente e mista (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009). No nível transterritorial, uma rede desse tipo pode envolver uma articulação de vários empreendimentos atuando na cadeia produtiva de determinado produto, a exemplo do que ocorre na cadeia do algodão, por meio da rede constituída em torno dos bens de vestuário produzidos pela marca "Justa Trama". Tal rede pode envolver, também, acordos e contratos bilaterais (ou multilaterais) entre iniciativas ou organizações em diferentes áreas ou níveis de atuação, a exemplo do comércio justo. Além disso, esse tipo de rede pode envolver, ainda, empreendimentos de um mesmo tipo que se compartilham princípios, saberes e um modo de funcionamento próprio, muito embora preservem sua autonomia enquanto organização individual, fruto de um contexto particular, a exemplo da rede brasileira de bancos comunitários.

No nível territorial, uma rede de economia solidária envolve, numa mesma base territorial, a articulação de empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária em diferentes âmbitos de atuação: consumo ético, finanças solidárias, tecnologias livres, comércio justo, produção autogestionária e serviços locais, entre outros. Neste sentido, esse tipo de rede supõe articulação entre iniciativas de distintas naturezas: sócio-econômicas, sócio-políticas, sócio-culturais e sócio-ambientais. Além disso, ela admite diferentes níveis de articulação com a economia local pré-existente ou já estabelecida.

Finalmente, o terceiro tipo é aqui denominado de misto, pois supõe uma dimensão territorial, porém, envolvendo parcerias e articulações transterritoriais. Na prática, as redes locais de economia solidária tendem ao caráter misto, sendo raro encontrar alguma experiência limitada a um âmbito geográfico específico, devido à sustentabilidade da própria rede, que tende a conectar-se com outras redes no processo de expansão de suas atividades (MANCE, 2000, 2002). O próprio de tais redes, aliás, é de extrapolar sua dimensão territorial. Contudo, em se tratando de economia solidária, considera-se por princípio que tal extrapolação tende a acontecer somente a partir de raízes muito sólidas fincadas localmente, ou seja, do fortalecimento da economia local (MANCE, 2000, 2002; DAWBOR, 2007; FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009).

As redes de economia solidária podem ser vistas como uma estratégia complexa de cooperação para o desenvolvimento local (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009). Ao induzir à constituição de circuitos próprios de comercialização e produção, tais redes criam uma nova modalidade de regulação econômica, o que supõe uma outra forma de funcionamento da economia. Nesta, a competição como princípio regulador da relação entre os agentes perde sentido, isto porque a construção da oferta é articulada de acordo com as demandas previamente colocadas num determinado contexto territorial (LAVILLE, 1994; FRANÇA FILHO, 2007). Assim, os contratos e acordos são estabelecidos com base em princípios, valores e regras que vão muito além dos imperativos de rentabilidade econômica da atividade: são levados em consideração critérios de cidadania em termos de acesso a direitos, redistribuição equitativa dos benefícios, remuneração digna, efeitos ambientais e compromisso com o contexto local de desenvolvimento das atividades, entre outros, a exemplo das práticas de comércio justo, consumo ético e consciente e educação ambiental. Importa salientar o potencial contido nessa nova forma de fazer economia na direção da institucionalização de novos padrões de relação com os poderes públicos, em termos de compras governamentais e contratos negociados. Com a idéia de uma outra economia, a partir de redes de economia solidária, está-se pensando em novas formas de articulação institucionais envolvendo empreendimentos de economia solidária e instituições públicas governamentais ou não governamentais.

Do ponto de vista de uma lógica de desenvolvimento (SACHS, 2006; DAWBOR, 2007), a aposta em redes de economia solidária rompe de maneira contundente com as soluções mais conhecidas e predominantes em termos de combate à falta

de trabalho, as quais giram em torno do que se denomina de *concepção insercional-competitiva*, em oposição à *concepção sustentável-solidária* (FRANÇA FILHO, 2008).

A *concepção insercional-competitiva* diz respeito às soluções construídas em torno da idéia de inserção pelo econômico. Esta consiste em buscar inserir a população desempregada nos chamados circuitos formais da economia, constituído, sobretudo, por postos de trabalho gerados na economia de mercado pelas empresas privadas. Baseado na ética da competição como condição para o êxito (ideologia do "vencer na vida"), a via insercional-competitiva aposta em saídas individuais para o problema da falta de trabalho. Historicamente, a ênfase tem sido direcionada à qualificação profissional para o emprego na chamada economia de mercado. Contudo, ao se reconhecer os limites do próprio mercado na sua capacidade de gerar oferta de emprego suficiente para atender uma demanda cada vez mais crescente, a ênfase do discurso insercional-competitivo se desloca do emprego para o auto-emprego, ao exaltar a idéia de empreendedorismo privado como solução definitiva. Ao induzir, então, uma transformação de ex-assalariados desempregados em novos detentores de micro e pequenos negócios, a visão insercional-competitiva negligencia o fato de que assim como em relação aos indivíduos que disputam vaga num mercado de trabalho cada vez mais competitivo, também não há espaço para todas as micro e pequenas empresas se estabelecerem num regime de competição econômica (FRANÇA FILHO, 2008). O caráter antropofágico da solução do empreendedorismo privado é perceptível na baixa longevidade dos micro e pequenos negócios no Brasil. Segundo o SEBRAE (2005), 56% das empresas paulistas fecham as portas antes de completarem cinco anos de vida.

A *concepção sustentável-solidária* considera que as saídas ou soluções para falta de trabalho não podem ser individuais, ou seja, baseada numa suposta capacidade empreendedora privada (2008). Mas, ao contrário, considera-se que se as razões para o desemprego são, sobretudo, de natureza estrutural, relativas à própria lógica intrinsecamente excludente do sistema econômico predominante, então, é preciso substituir inserção ou inclusão pela construção de uma outra economia (CATTANI *et al.*, 2009), cujas soluções de enfrentamento da falta de trabalho sejam coletivas, isto é, baseadas em novas formas de regulação das relações econômico-sociais (LAVILLE, 1999). É, assim, que tal concepção enfatiza a importância dos territórios, ou seja, aposta-se na capacidade dos territórios de serem sustentáveis, mesmo aqueles aparentemente mais carentes. Considera-se como premissa fundamental, nessa visão, a valorização de soluções endógenas (SACHS, 2006; DAWBOR, 2007; 2008), a partir da idéia de que todo local, bairro ou comunidade, por mais pobre que seja, pode ser portador de soluções para os seus próprios problemas (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003a). Essa solução questiona as formas de desenvolvimento baseadas, exclusivamente, na atração de investimentos externos (SACHS, 2002). O modo de realização dessa concepção sustentável-solidária passa pela idéia de reorganização das chamadas economias locais, com base na afirmação do conceito de rede de economia solidária enquanto estratégia complexa e inovadora de cooperação para promoção do desenvolvimento local. A incubação tem exatamente o propósito de contribuir com a construção dessa outra economia. A compreensão dos fundamentos dessa concepção, bem como desse tipo de estratégia, só parece possível por meio da adoção de uma outra visão ou paradigma de entendimento do fato econômico e seu funcionamento real, ensejando a necessidade de redefinição do sentido do agir econômico em sociedade (CAILLÉ, 2005; FRANÇA FILHO, 2007; LAVILLE, 1994; MARECHAL, 2000; MÉDA, 1999, 2008; VIVRET, 2004).

### Aspectos Metodológicos e Desafios na Construção de Redes Locais de Economia Solidária: a experiência da ITES/UFBA

A ITES/UFBA tem sido pioneira na elaboração e implantação de metodologias voltadas para a incubação de redes locais de economia solidária. Essa metodologia

compreende território como uma comunidade, um bairro ou um pequeno município e define a incubação a partir de uma relação dialógica e de interação profunda entre atores da universidade (professores, técnicos e estudantes em diferentes níveis) e sujeitos sociais nos territórios (moradores, profissionais, lideranças comunitárias, representantes dos poderes públicos e outras instituições). A rede local de economia solidária é um processo que envolve iniciativas de economia solidária de diferentes tipos, entre formas sócio-produtivas e sócio-organizativas. Isto porque, sendo o enfoque direcionado ao território, a abordagem não se limita aos empreendimentos sócio-econômicos, mas envolve, também, as iniciativas de natureza sócio-culturais, sócio-políticas e sócio-ambientais. A construção e/ou fortalecimento de uma dinâmica associativista no local revela-se de fundamental importância no sentido da existência de espaços públicos (LAVILLE; DACHEUX, 2003; FRANÇA FILHO, 2006) necessários ao encaminhamento do processo de incubação. Esses espaços públicos são de extrema importância pelo fato das redes serem costuradas no interior de um tecido de relações sociais, econômicas, políticas e culturais pré-existentes. Em termos sócio-econômicos, por exemplo, a rede encontra formas e caminhos de relacionamento com o comércio local, visando o seu fortalecimento. Neste sentido, a metodologia valoriza o papel das práticas de finanças solidárias, com destaque para as experiências de *Bancos Comunitários de Desenvolvimento* (FRANÇA FILHO; SILVA JR, 2004), por seu caráter ao mesmo tempo pedagógico e de vetor impulsionador da dinâmica sócio-econômica da rede, ao financiar muitas iniciativas.

Quatro eixos de intervenção estruturam o processo de incubação de redes locais de economia solidária na metodologia da ITES/UFBA: a formação, a pesquisa, o planejamento e a experimentação. A formação constitui uma necessidade permanente e acontece em diferentes níveis ao longo do processo de incubação. A importância da formação é diretamente proporcional às características do público incubado que, em geral, vivencia muitos *déficits* educacionais. Neste sentido, a formação é concebida em diferentes níveis: capacitação técnica para a gestão de iniciativas de economia solidária; capacitação profissional relativa à área de atuação do empreendimento na rede; formação geral em cidadania, associativismo e economia solidária. A formação trabalha, simultaneamente, a dimensão de socialabilidade e de gestão do conhecimento na construção de uma cultura do trabalho democrático e autogestionário (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009).

A pesquisa diz respeito ao conhecimento sobre a realidade local necessário a construção da rede; por isso, ela tem propósito de diagnosticar sobre o contexto sócio-econômico e os aspectos histórico-culturais do território. Baseada num mapeamento da produção, dos serviços e do consumo local, essa pesquisa busca conhecer em profundidade a sócio-economia do lugar, no sentido de um reconhecimento minucioso sobre as características da economia local. A idéia é gerar conhecimento enquanto subsídio para a projeção da rede a ser constituída, no sentido de indicar as iniciativas ou empreendimentos a serem criados ou fortalecidos.

Aqui, já se absorve a dimensão de planejamento. Este envolve a definição dos contornos da rede, isto é, a indicação de iniciativas ou empreendimentos a serem criados e fortalecidos com base em critérios de viabilidade técnico-econômica e associativa, deduzidos da pesquisa. Esse casamento entre a pesquisa e o planejamento inspira-se, amplamente, na metodologia de Plano Local de Investimento Estratégico (*PLIES*) desenvolvida pelo Instituto Banco Palmas no Ceará (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003b). O planejamento concretiza, na prática, a idéia de reorganização das economias locais como fundamento de uma outra economia e de uma concepção sustentável-solidária de desenvolvimento (FRANÇA FILHO, 2008). O intuito de um processo desse tipo é permitir que todo território, seja uma comunidade, um bairro ou mesmo um pequeno município, possa ter seu planejamento estratégico de desenvolvimento local, que pode ser um plano estratégico de desenvolvimento comunitário (*PEDECO*) ou territorial (*PEDETE*), conforme sugere a metodologia (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009). O intuito de um plano desse tipo é redefinir e reorientar a oferta e a demanda num contexto territorial, na direção da sua construção conjunta, como sentido de uma outra economia (LAVILLE, 1994; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Se, por um lado, o planejamento aponta a rede a ser criada, é a implantação, obviamente, que permite sua execução. Porém, esta já pode ser iniciada durante o próprio planejamento, intercalada com a pesquisa e articulada ao próprio processo de formação a partir da experimentação, segundo essa metodologia. Esta se constitui na vivência prática da economia solidária por meio de empreendimentos que podem ser constituídos antes mesmo da conclusão da pesquisa e do planejamento. Isto porque existem iniciativas que são indispensáveis a qualquer rede, a exemplo de práticas de finanças solidárias (como no caso dos bancos comunitários de desenvolvimento) ou iniciativas no campo da tecnologia da informação de base comunitária ou, ainda, certas iniciativas sócio-produtivas ou sócio-culturais, conforme o apelo de cada território. A experimentação tem um caráter de fortalecimento do processo de formação e permite uma apropriação efetiva da idéia de rede no âmbito comunitário, devido ao seu caráter pedagógico de estar aprendendo na prática princípios, valores e a operacionalidade da economia solidária.

Metodologicamente, pode-se iniciar a construção de uma rede desse tipo, criando o que denominamos de Centro Associativo de Economia Solidária (CAES) (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009). Este representa uma estrutura organizativa de base comunitária assentada em quatro pilares principais de iniciativas: uma instância associativa; uma iniciativa de base tecnológica, como um infocentro comunitário; uma prática de finanças de proximidade, a exemplo de um banco comunitário de desenvolvimento; e um núcleo cooperativo (2009).

Uma associação ou entidade local representativa é uma instância sócio-política de organização comunitária juridicamente constituída, devido à necessidade de haver um abrigo legal às iniciativas informais. Além disso, ela representa uma instância de auto-organização política ou um espaço público de proximidade (LAVILLE, 1994) fundamental para o aprendizado e exercício da democracia local. Tal instância associativa pode constituir-se, ainda, como espaço de formação em diferentes níveis: técnico-profissional e de formação geral em economia solidária, cidadania, educação ambiental, consumo consciente, entre outros.

A presença de um banco comunitário num CAES cumpre o papel de disseminação de um sistema de finanças solidárias no território por meio do microcrédito popular solidário para financiamento da produção, dos serviços e do consumo local, além do fomento de ações de finanças de proximidade, tais como moeda social e poupança comunitária (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009).

O infocentro comunitário cumpre alguns papéis importantes na formação da rede, como o de representar um espaço de inclusão digital e de suporte de apoio tecnológico para realização da pesquisa para diagnóstico da realidade socioeconômica local; poder se constituir em um dispositivo de articulação da rede local com outras redes, no intuito de fortalecer a comercialização e de facilitar intercâmbios de aprendizagem e articulações institucionais; e, finalmente, ser um dispositivo de gestão da informação na rede local de economia solidária, seja no âmbito de atividades de assessoria de comunicação, seja na constituição de banco de dados na forma de cadastro de perfil sócio-profissional dos moradores (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009).

Enfim, o núcleo cooperativo representa a instância de desenvolvimento dos grupos produtivos nas diversas áreas, os quais constituirão, posteriormente, muitos dos principais elos que comporão a rede local, segundo essa metodologia de incubação.

O CAES, portanto, pode ser visto como o embrião de uma rede cujo desenvolvimento supõe a construção de um arranjo institucional mais ampliado que pode se iniciar pelo próprio desenvolvimento do núcleo cooperativo, a partir dos vários empreendimentos produtivos. Evidentemente, que uma metodologia de incubação desse porte envolve, ainda, um processo permanente de monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas até o processo de implantação da rede e sua consolidação para, em seguida, se trabalhar a desincubação (2009).

Em resumo, pode-se considerar que a incubação de redes locais de economia solidária, segundo a metodologia da ITES/UFBA, envolve alguns passos vitais no processo de reorganização das economias locais como base para construção



de uma outra economia. Em primeiro lugar, são necessárias mobilização e capacitação dos atores locais, envolvendo, em seguida, um processo de discussão pública dos seus problemas comuns, juntamente com a realização de diagnósticos sobre a situação sócio-econômica do seu território. É, assim, que se busca na seqüência orientar, a partir do planejamento e experimentação, a criação de atividades (as ofertas) em função de demandas genuínas expressas nesses fóruns associativos locais de discussão, num processo de construção de arranjos institucionais de tipo novo e com forte potencial de referência para políticas públicas renovadas no campo do desenvolvimento local.

De todo modo, muitos desafios se apresentam nesse processo. Um deles envolve a própria metodologia de incubação, no que diz respeito ao aperfeiçoamento dos instrumentos didático pedagógicos e de gestão, na perspectiva de consolidação de tecnologia social de referência. Além disso, o cenário político local é importante em termos das parcerias necessárias ao encaminhamento das atividades. A ausência de marco legal, nesse caso, representa um obstáculo considerável. Importa mencionar, ainda, as características do contexto local em termos da história de organização local, o perfil das lideranças e condições mais gerais de infra-estrutura e recursos disponíveis. O conjunto desses aspectos relacionados deve ser levado em consideração na avaliação do grau de sustentabilidade em processos de incubação dessa natureza (2009).

### ○ Caso do Projeto Eco-Luzia

O projeto Eco-Luzia se realiza na comunidade de Santa Luzia, bairro pobre do município de Simões Filho, situado na região metropolitana de Salvador. Tal projeto é resultado de uma parceria institucional envolvendo o tripé: universidade, comunidade e empresa pública. O desenvolvimento do projeto fica a cargo da ITES/UFBA em relação direta com a comunidade, através de um processo de incubação. Contou com o financiamento da Petrobras nos seus três primeiros anos de existência e, hoje, depende dos recursos oriundos de edital público de apoio à incubação em economia solidária, provenientes de uma Fundação estadual de amparo a pesquisa em parceria com uma superintendência do governo estadual baiano voltada à economia solidária (Sesol/Setre). O projeto encontra-se, atualmente, em seu quarto ano de execução.

Tendo sido iniciado em 2005, o projeto define-se como uma "proposta de intervenção territorial para o desenvolvimento local numa perspectiva de economia solidária" (FRANÇA FILHO, 2005; CUNHA, 2008). O seu objetivo desde o início fora à criação de uma rede local de economia solidária. Neste sentido, o projeto se inscreve numa perspectiva de geração de trabalho e renda. Contudo, segundo sua concepção, o intuito não é de inserção social, no sentido de buscar prioritariamente inserir a população local no mercado de trabalho da região. Essa tarefa torna-se muito difícil diante do elevado grau de vulnerabilidade social do público atendido no projeto em termos de suas condições de empregabilidade. Assim, a proposta do projeto se considera inovadora ao sugerir uma possibilidade de geração de trabalho e renda através da criação de atividades no próprio bairro, numa perspectiva de reorganização e/ou dinamização da economia local.

A comunidade de Santa Luzia fica encravada entre duas comunidades maiores (Mapele e Cotegipe) e, relativamente, distante do centro da cidade (6 km). Abrigando cerca de 100 famílias e, aproximadamente, 500 indivíduos, Santa Luzia possui uma população, em sua grande maioria, com baixa renda e que encontra dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Nessa pequena comunidade, são visíveis algumas características de extrema pobreza, tanto relativas ao acesso da população a certos bens e serviços essenciais, quanto no que diz respeito à carência de infra-estrutura local. De fato, a comunidade sofre com condições sócio-sanitárias precárias, além de um mangue degradado pela poluição industrial. Este constitui um ecossistema vital, responsável pelas principais fontes de recursos e sobrevivência de grande parte da sua população. Também, a qualidade das

moradias está comprometida pela precariedade das construções. Soma-se a isso o perfil sócio-econômico de uma população, em sua grande maioria, desempregada, vivendo de sub-empregos temporários ou de benefícios governamentais oriundos de programas sociais. Além disso, a comunidade sente a ausência de um comércio local efetivo, sendo as pessoas obrigadas a realizar grandes deslocamentos para adquirirem bens de primeira necessidade, em função da precariedade do transporte local.

### Sobre a origem do projeto

A origem do projeto relaciona-se ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) impetrado pelo Ministério Público de Simões Filho contra a Petrobras, em razão da descoberta de um pequeno vazamento de óleo no bairro, oriundo de dutos da empresa que atravessam a região. A própria empresa, em atitude de responsabilidade social, se auto-denunciou e, em comum acordo com representantes da comunidade de Santa Luzia, formalizou o pedido de TAC junto ao Ministério Público de Simões Filho (MPSF). As negociações envolvendo uma comissão de representantes da comunidade de Santa Luzia, MPSF e da Petrobras, em 2003 e 2004, evoluíram para o estabelecimento da compensação na forma de construção de 23 unidades habitacionais, tendo sido o valor do TAC, para tanto, estipulado em trezentos mil reais.

Na avaliação de um grupo de gestores da empresa, muito sensibilizado com questões sociais e, particularmente, preocupado com a necessidade de renovação de práticas de responsabilidade social, tendo, inclusive, vivenciado processos de capacitação em economia solidária na Escola de Administração da UFBA, a construção de 23 unidades habitacionais não seria suficiente para garantir as condições de sustentabilidade do investimento que seria feito na comunidade por meio do TAC. Por isso, esse grupo avaliava que seriam necessários outros tipos de investimentos, como medidas de geração de trabalho e renda que favorecessem a permanência das famílias nas novas condições de moradia oportunizadas pelo TAC. Nesse sentido, a empresa convidou especialista no tema da economia solidária da EAUFBA, para participar de reuniões com representantes da comunidade de Santa Luzia e outros parceiros institucionais, no intuito de elaborar e propor projeto de intervenção no campo da geração de trabalho e renda, a ser aplicado na comunidade. Tais reuniões, bem como algumas visitas à comunidade, aconteceram durante praticamente todo o ano de 2004. Um grupo de trabalho em economia solidária da EAUFBA é, então, constituído e apresenta, no final daquele ano, uma proposta de projeto de intervenção com base nos encontros e discussões anteriores com os representantes de Santa Luzia. A proposta é bem acatada, tanto pela Petrobras, enquanto financiadora do projeto, quanto pela comunidade, principal protagonista, ao lado da equipe UFBA na execução do projeto. Elaborase, nesse momento, uma metodologia inovadora de incubação de redes locais de economia solidária, a partir do acúmulo de estudos e pesquisas sobre o tema que já havia na EAUFBA, antes mesmo da criação oficial da própria ITES/UFBA. Assim, no começo de 2005, teve início a primeira etapa do projeto Eco-Luzia.

### A experiência de incubação no projeto Eco-Luzia

O projeto Eco-Luzia, desde a sua concepção original, fora pensado numa plataforma de médio e longo prazo. No acordo com a Petrobras, ao menos dois grandes momentos iriam estruturar a dinâmica do projeto: uma primeira etapa relativa à estruturação e planejamento da rede de empreendimentos a ser constituída para geração de trabalho e renda no local, e uma segunda concernente à sua implantação propriamente dita. A metodologia de incubação supunha, ainda, etapas posteriores para a consolidação, a partir do fortalecimento das iniciativas e empreendimentos criados. A idéia de fortalecimento, nesse caso, previa como

princípio aplicado a capacidade de empoderamento dos moradores na gestão de tais empreendimentos, o que justificaria o processo de desincubação, na seqüência. No desenrolar das atividades, entretanto, a Petrobras propõe a incorporação das ações de construção das unidades habitacionais no próprio bojo do projeto, em sua segunda etapa. A idéia era evitar a contratação de empresa que traria mão-de-obra de fora do bairro (em razão da falta de qualificação existente entre os moradores de Santa Luzia), e aproveitar tal recurso para investir nos próprios moradores, numa lógica de transformação da obra em um Canteiro-Escola voltado, simultaneamente, para a qualificação de moradores em ofícios básicos da construção civil e a própria construção das unidades habitacionais. É feita, então, uma parceria com a Faculdade de Arquitetura (FAUFBA), em razão de sua experiência bem sucedida com o projeto Escola Oficina de Salvador (EOS), a qual qualifica jovens em atividades de restauração de prédios históricos, por meio da adoção do sistema de Canteiro-Escola.

Por uma série de razões e circunstâncias que serão apresentadas mais adiante, o tempo do projeto acabou sendo fragmentado entre as etapas previstas, os aditivos de prorrogação de prazo e os interregnos, fruto das circunstâncias formais de trâmite interno à Petrobras para renovação ou inclusão de aditivo às atividades, de um lado, e o próprio ritmo da comunidade na consecução da obra de construção das casas, do outro.

### A primeira etapa do projeto

Enquanto primeira etapa de um processo mais amplo de desenvolvimento local, o projeto consistiu em mobilizar e formar as pessoas no exercício de planejamento do seu processo de desenvolvimento territorial endógeno. Neste sentido, foram trabalhados quatro eixos fundamentais de intervenção e organização da comunidade:

- a) um trabalho de mobilização comunitária, na perspectiva de afirmação da cidadania e de formação da rede local de economia solidária. Neste momento inicial do projeto, três ações principais tiveram destaque: 1) a construção coletiva do primeiro seminário para apresentação do projeto e planejamento com a comunidade do seu processo de desenvolvimento local participativo; 2) as atividades de formação em economia solidária, por meio de cursos de sensibilização para o tema; e, 3) a pesquisa-ação sobre a memória histórico-cultural da comunidade, em que se resgatou a história do local, a partir dos seus próprios moradores, bem como as suas manifestações culturais, numa preocupação de valorização da identidade do morador com o seu local;
- b) um trabalho de fortalecimento do associativismo local e constituição inicial de um conselho gestor para monitoramento do conjunto das ações desenvolvidas na comunidade. Neste momento, foram empreendidas atividades de formação e capacitação político-cidadã, por meio de cursos de sensibilização em associativismo e outras atividades de assessoria a estruturação da associação de moradores local. A partir dessas atividades, surgiram um grupo de jovens e um conselho gestor, posteriormente transformado em uma associação denominada *Centro de Desenvolvimento Solidário* (CDS);
- c) um trabalho de mapeamento da produção e do consumo local, além da capacidade produtiva da comunidade, que representou um estudo aprofundado, envolvendo o conjunto das famílias. Tal pesquisa revelou, na forma de diagnóstico sócio-econômico, o perfil sócio-profissional da comunidade, assim como as características da produção e do consumo local, favorecendo, então, o planejamento da rede de economia solidária indicada na proposta do projeto;
- d) A constituição, em caráter experimental, de duas iniciativas: o banco comunitário, para viabilizar o micro-crédito educativo e outros peque-

nos financiamentos locais; e o mercadinho solidário, entendido naquele momento como a base para posterior constituição de uma cooperativa de consumo.

Nessa primeira etapa do projeto, a equipe UFBA contava um grupo de cinco pessoas, incluindo o professor coordenador. Todos eram oriundos da própria EAUFBA e detinham um acúmulo de conhecimento e prática sobre o tema da economia solidária. Dois eram profissionais recém formados na própria instituição e dois eram estudantes concluintes do curso. A primeira etapa previa um período de oito meses de intervenção, tendo sido iniciada em março de 2005 e conduzida durante, praticamente, todo esse ano. A expectativa da comunidade foi grande, no início das atividades, e sua participação expressiva, favorecida pela metodologia de intensa reflexão dos moradores sobre sua própria realidade. Havia um pequeno grupo de moradores que eram interlocutores principais do projeto. Todos pertenciam à associação comunitária local, a começar pelo seu presidente (Sr. Roque) e sua irmã (Sra. Rita), além da agente comunitária de saúde (Sra. Genilda). De todo modo, a proposta do projeto previa o surgimento de novas lideranças na comunidade, enquanto princípio viabilizador da sustentabilidade desse processo. Assim, algumas pessoas acabaram destacando-se durante esse processo, especialmente os casos de Adriana e Simone que se tornaram agentes de crédito do banco comunitário.

A metodologia de intervenção do projeto previa intenso exercício e aprendizado de uma cultura política democrática, sobretudo, nos processos decisórios relativos às atividades que eram feitas sempre a partir de encontros coletivos, sob a forma de oficinas de trabalho. As primeiras dificuldades, então, apareceram de forma mais clara no transcurso das atividades, refletindo problemas comuns em comunidades vulneráveis socialmente. Em primeiro lugar, o caráter extremamente personalístico e autoritário da principal liderança comunitária (Sr. Roque) que inibia o despertar de novas lideranças; e, em segundo, o elevado grau de baixa estima da maioria dos moradores, somados ao baixíssimo nível de escolarização média das pessoas, traduzidos no próprio estigma de incapacidade que pesava sobre o bairro, dificultando a emergência de pessoal para "puxar os processos internos", isto é, as iniciativas que o projeto suscitava. Tais dificuldades sinalizavam o tamanho do esforço que seria requerido no processo de incubação, com reflexos claros sobre o tempo desta.

Além disso, já apontavam alguns fatores que poderiam representar obstáculos decisivos para o futuro do processo. Ainda assim, alguns avanços significativos já foram observados nesse primeiro momento que contou com um nível de imersão da equipe UFBA na realidade de Santa Luzia bastante aprofundado. Entre os resultados mais importantes dessa primeira etapa, destacam-se: a) o seminário de lançamento do projeto, que teve uma participação extremamente expressiva da população do bairro; b) os cursos de formação e sensibilização em economia solidária e associativismo, os quais despertaram um nível de consciência importante entre muitos moradores sobre as suas próprias possibilidades de desenvolvimento endógeno, além da criação do grupo de jovens; c) a realização da pesquisa histórico-cultural com forte participação de jovens e idosos portadores da memória histórica do bairro, que acabou redundando em um importante documento sobre a história de Santa Luzia (FRANÇA FILHO; DIAS, 2005), além das oficinas realizadas com grande participação da comunidade; d) a realização da pesquisa de mapeamento da produção e consumo local, com intensa participação dos jovens, que redundou em um relatório de diagnóstico sócio-econômico da comunidade (ECO-LUZIA, 2005), de fundamental importância na proposição da rede a ser constituída na seqüência do projeto que foi objeto de seminário específico na comunidade, para apresentação e discussão dos resultados da pesquisa; e) a implantação de duas iniciativas em fase experimental: o banco comunitário Eco-Luzia e o mercadinho comunitário – frutos da necessidade da comunidade, identificada ainda no transcurso dessa primeira fase.

Ao final do ano de 2005, havia grande expectativa pela continuidade normal das atividades do projeto, conforme renovação deste na sua segunda etapa. Entretanto, os trâmites formais para tal renovação permitiram a liberação dos recursos apenas em junho de 2006. Houve um grande desgaste nas atividades do projeto, em razão da ausência de recursos, durante o período de quase um ano.

### A experiência do projeto Eco-Luzia II

Com a incorporação da obra de construção das unidades habitacionais, no âmbito da execução do projeto, o mesmo atingiu proporções bastante significativas, tanto em termos de volume de ações e escopo de atuação, quanto em termos da quantidade e diversidade do pessoal da UFBA envolvido nas atividades. Em torno de um "núcleo duro" oriundo da Escola de Administração, vieram somar-se outros professores, técnicos e estudantes das seguintes áreas da UFBA: arquitetura, biologia, educação, engenharia sanitária, medicina, teatro, belas artes, ciências sociais e engenharia civil. Isto porque, nessa segunda etapa, o projeto Eco-Luzia fora constituído por oito subprojetos articulados em torno do propósito de implantação da rede local de economia solidária:

- O projeto de um *Centro de Desenvolvimento Solidário (CDS)*, cujo propósito era se constituir como instância maior de organização sócio-política dentro da comunidade e símbolo de fortalecimento do associativismo local. Funcionando como um Conselho Gestor no seu bairro/território, a finalidade do CDS era de reunir e congregar as diversas entidades e organizações comunitárias locais, constituindo-se como um espaço público para discussão dos problemas comuns vividos pelos moradores de Santa-Luzia, e encaminhamento de propostas de soluções. Sua função precípua, portanto, era de organizar sócio-politicamente o funcionamento da rede;
- O projeto de um *Banco Comunitário de Desenvolvimento*, cujo propósito era implantar um sistema integrado de micro-crédito popular e solidário, direcionado para produção, consumo e serviços, inicialmente na comunidade de Santa Luzia, com a intenção de atender, posteriormente, as comunidades vizinhas de Cotegipe e Mapele. A finalidade do banco comunitário era organizar e viabilizar, tanto financeiramente quanto no nível da gestão dos empreendimentos, o funcionamento sócio-econômico da rede;
- O projeto de um *Mercadinho Solidário*, que deveria funcionar, também, como central de compras coletivas e almejava o formato jurídico de Cooperativa de Consumo, cujo propósito era reunir as famílias de Santa Luzia e adjacências para comprarem juntos tanto os bens de consumo utilizados no seu cotidiano, quanto os insumos necessários aos empreendimentos sócio-produtivos existentes. Funcionando como uma espécie de mercadinho popular e solidário, a idéia era favorecer o acesso da população local ao consumo de alguns bens e artigos de primeira necessidade através do barateamento dos preços, no intuito de dinamização da economia do lugar;
- O projeto de fortalecimento do *Grupo de Jovens Flor da Juventude*, enquanto ator sócio-político estratégico para o desenvolvimento local, no sentido de favorecer o protagonismo juvenil na comunidade e potencializar o próprio desenvolvimento sócio-cultural local;
- O projeto de *Mutirão-Escola* voltado para a educação e formação profissional de moradoras e moradores de Santa Luzia em ofícios da construção civil, a partir da atividade de auto-construção coletiva de 23 unidades habitacionais e 02 instalações para abrigar outros empreendimentos/iniciativas da rede (mercadinho, CDS, banco comunitário e grupo de jovens);

- O projeto de *Algicultura Solidária*, voltado para o público das marisqueiras. Este consistia numa iniciativa de cultivo experimental de algas marinhas. Seu propósito era constituir, inicialmente, numa experiência piloto destinada ao conhecimento das reais possibilidades de implantação definitiva no local, em um empreendimento que reunisse, ao mesmo tempo, as características de exploração extrativista no âmbito da comercialização da alga (matéria-prima para diversos tipos de atividade econômica) e a atividade de preservação ambiental a partir da despoluição do mangue em torno da comunidade, uma vez que o cultivo da alga caracteriza-se pela propriedade de absorver os poluentes químicos presentes no meio-ambiente marinho;
- O projeto de *Medicina Comunitária*, envolvendo atividades voluntárias de atendimento na forma de prevenção à saúde, para o público de crianças e adolescentes. A iniciativa permitiu reativar o posto de saúde local;
- O projeto de *Infra-Estrutura/Saneamento Ambiental*, visando dotar o conjunto habitacional (desenvolvido pelo Mutirão-Escola) da infraestrutura necessária ao seu perfeito funcionamento: sistema viário, abastecimento de água, esgotamento sanitário, saneamento ambiental e manejo dos resíduos sólidos.

O projeto experimentava, então, nesta etapa um efetivo exercício de intervenção multidisciplinar, cuja riqueza de aprendizado, somada à própria convivência com os moradores, foi sentida por todos os participantes. Por outro lado, o volume de atividades, medida pela própria quantidade de ações previstas em cada subprojeto, exigiu um esforço de coordenação muito difícil, a gerir em apenas um ano, pelas próprias circunstâncias, ritmo e aleatoriedade no comportamento da comunidade. As atividades do projeto acabam, assim, por ultrapassar aqueles doze meses previstos inicialmente, através de aditivos de prazo e extensão do projeto. Todavia, a razão principal para tanto tinha relação direta com o subprojeto de construção das unidades habitacionais. Embora fosse registrado avanços significativos em relação aos demais subprojetos, pelo fato das iniciativas terem sido criadas e estarem em funcionamento, de certa forma, todos eles ficavam dependentes da obra, sobretudo, no quesito infra-estrutura. Assim, o atraso verificado no andamento da obra nos meses que se seguiam trouxe consequências decisivas ao não andamento regular das atividades e a uma paralisação posterior, comprometendo, significativamente, o processo de incubação.

#### Aprendendo com o caso: lições e ensinamentos de uma experiência

Uma série de fatores influenciou o atraso no ritmo da obra. Entre estes, destaca-se o retardamento da prefeitura local na concessão do alvará de licença para a obra, que saiu apenas em março de 2007, ou seja, pouco antes do fim do prazo de um ano previsto. Além disso, o alto risco da construção, em função das características do solo massapé na área, requereu a necessidade de estudo de solo feito por especialista da Escola Politécnica da UFBA, o que acabou redundando em soluções técnicas de fundação das casas bastante inovadoras. Todavia, o fator mais importante estava relacionado ao frágil engajamento da comunidade na obra. Previam-se que cada família beneficiada deveria indicar dois representantes, dispostos a participarem do projeto de construção das casas e a se submeterem ao processo de formação profissional, dentro da metodologia do "aprender a fazer fazendo", utilizada pela FAUFBA há 12 anos, em obras de restauração no Centro Histórico de Salvador, por meio do Projeto Escola Oficina de Salvador (EOS). De fato, só compareceram 10 mulheres para inscrição no projeto, dentro de uma faixa etária de 30 a 70 anos. O não comparecimento dos homens jovens, segundo eles, deveu-se aos seus compromissos com empregos ou afazeres que lhes dão

sustento. Desta forma, alegaram os participantes da comunidade ser difícil a participação se não houvesse uma compensação financeira. Já os jovens, na faixa etária de 18 a 22 anos, declararam não se sentir atraídos pelo projeto e, assim, não participaram da obra. Os esforços feitos junto à comunidade visando a mobilizar o restante dos membros das famílias, no sentido de que todos viessem a dar uma contribuição pessoal para o andamento dos serviços, envolvendo-se de uma forma participativa e efetiva na construção das suas próprias casas, não surtiram o efeito esperado.

Esta não aceitação do público masculino da comunidade para um trabalho participativo na construção de suas próprias moradias se mostrou completamente diferente do quadro apresentado quando da realização do "Arquitetando Santa Luzia", momento imediatamente anterior de construção do projeto arquitetônico das casas. Este consistiu numa oficina de projetos por meio de parceria envolvendo o THABA (Núcleo de extensão da UNEB, especializado em tecnologia de habitação popular) e a FAUFBA (Faculdade de Arquitetura da UFBA). A metodologia baseava-se em propor os projetos arquitetônicos a partir das reais necessidades e aspirações das famílias, em um trabalho articulado que previa constantes e frequentes oficinas de sensibilização dos partícipes, tanto alunos da FAUFBA (num total de 15 participantes), quanto os membros da comunidade. O produto final, nessa metodologia, deveria corresponder ao desejo de cada família, dentro das possibilidades econômicas do projeto, prevendo-se, então, na planta, as respectivas expansões futuras das casas. O nível de atendimento às necessidades e anseios das famílias pode ser medido pelo número de tipos de casas a que se atingiu, chegando-se a 6 tipos para um total de 23 unidades. Num período de quatro meses de atividades, o "Arquitetando Santa Luzia" fora empreendido enquanto atividade curricular em comunidade (ACC – proposta pela FAUFBA). Assim, os projetos arquitetônicos foram elaborados e detalhados, em um processo que foi coroado de pleno êxito. Foi exemplar a participação da comunidade que deu uma resposta positiva, permitindo aos alunos da FAUFBA a elaboração de um trabalho profissional de qualidade.

De todo modo, chegado o momento da execução da obra e com a recusa dos grupos de jovens e adultos a participarem, a coordenação do CDS, em conjunto com a coordenação do Projeto tiveram dificuldade em equacionar uma solução imediata para o início dos trabalhos. A solução encontrada, em conjunto com a comunidade, foi montar um mutirão-escola, inclusive com pessoas das comunidades vizinhas, prevendo-se uma indenização significativa para a escavação dos furos e concretagem das estacas. Em seqüência a esse serviço, veio a execução das fôrmas das vigas baldrame. Mais uma vez, ficou patente a dificuldade de se encontrar carpinteiros em Santa Luzia, havendo a necessidade de se aceitar a participação de pessoas de Cotegipe e Mapele. Neste caso, as tarefas corresponderam a trechos das fôrmas, e foram também remuneradas acima dos valores de mercado. As atividades de capina, de peneiramento da areia, de limpeza, transporte interno de materiais e remoção de entulho foram reservadas às mulheres da comunidade, já que as mesmas não se adequaram aos serviços mais pesados, como o estaqueamento ou a concretagem.

As mulheres, também, tiveram participação importante num momento posterior, quando da execução das instalações através da montagem de uma oficina de instalações elétrica e hidráulica, com um instrutor e 10 mulheres. A resposta, nesse caso, foi bastante satisfatória, tanto no que diz respeito ao aprendizado quanto ao ritmo de trabalho. Mesmo com a solução de definição de tarefas, não se conseguiu um compromisso do conjunto dos participantes com a execução da obra no prazo fixado. Esta foi uma preocupação constante, tanto da coordenação do CDS, como do mestre de obra residente, que administraram o empreendimento com a assessoria da coordenação do Projeto. Além disso, tal solução impactou, fortemente, no orçamento do projeto. Assim, ao final de 2008, após dois aditivos de prazo que esticaram a previsão inicial de término da segunda etapa, a obra foi paralisada pela ausência de recursos. Faltava muito pouco para a sua conclusão definitiva: basicamente acabamento das casas e infra-estrutura do condomínio.

Os últimos meses de realização da obra, antes de sua paralisação, foram marcados por conflitos e elevado nível de desgaste, envolvendo os homens que trabalhavam na obra e o presidente da associação comunitária, de um lado, e o mestre da obra, a coordenação do CDS e a coordenação do projeto, do outro. Na prática, o líder teve dificuldade em acatar a autoridade tanto do mestre da obra (morador antigo do bairro, homem de idade e profissional altamente qualificado), quanto da própria coordenação do CDS, principal responsável pelas decisões relativas à condução da obra. Vale ressaltar que, em momento algum, houve estratégia de afastamento do líder comunitário da dinâmica do projeto; ao contrário, ele fora conduzido à condição de membro da diretoria colegiada do CDS, porém, não tinha condições de participar integralmente da obra, devido ao seu emprego diário como vigilante. Tal situação levou a coordenadora do CDS a exercer uma posição de liderança na condução da obra, já que tinha disponibilidade de tempo, posições mais ponderadas e uma história de participação na comunidade.

A paralisação em fins de 2008 dizia respeito, especificamente, à obra, pois as iniciativas constituídas continuavam funcionando, em especial, o mercadinho, o banco comunitário e o CDS. Contudo, o nível de desgaste a que se chegou por conta dessa relação conflituosa trouxe impactos fortes sobre os próprios empreendimentos, como: aumento das taxas de inadimplência do banco comunitário, diminuição do volume de vendas do mercadinho e baixa participação nas atividades do CDS. Além disso, com a indisponibilidade de recursos, a própria atividade de incubação ficava comprometida, restringindo-se ao esforço voluntário de membros da universidade com o intuito de acompanhar o projeto, especialmente no caso do coordenador. Estes foram os momentos mais difíceis na curta história do projeto. Finalmente, no início do segundo semestre de 2009, a ITES retoma o processo de incubação na comunidade através de aporte de recursos oriundos de edital público de apoio à incubadoras tecnológicas universitárias de cooperativas populares na Bahia (Edital SESOL/SETRE/FAPESB). O apoio consiste no fortalecimento das ações do banco comunitário, do mercadinho e do CDS, ao tempo em que corre internamente na Petrobras o trâmite licitatório para contratação de empresa responsável pela conclusão da obra, cujo término previsto ficou para março de 2010.

## Balanco do Projeto: fatores limitantes e avanços

### Fatores limitantes do projeto

Para realizar uma avaliação da experiência do projeto serão sublinhadas as dificuldades encontradas ao longo da sua realização e os seus efeitos sobre os próprios resultados alcançados. Tais dificuldades são aqui compreendidas como fatores limitantes ou obstaculizadores da dinâmica de desenvolvimento eficaz do projeto. Ao total, estaremos destacando cinco aspectos ou fatores limitantes principais, sendo os dois primeiros os que causaram maior interferência na dinâmica do projeto, conforme descrição abaixo:

#### **a) déficit de formação básica elevada para maior parte da população local**

Este aspecto diz respeito à educação básica deficiente ou o quadro de estruturação familiar precário, entre outros aspectos sociais, como uma característica presente na maior parte das pessoas no bairro. Um dos reflexos desse aspecto é a existência de uma cultura política local avessa ao trabalho coletivo, democrático e grupal, além de fortemente caracterizado pelo personalismo, autoritarismo, machismo e clientelismo, o que dificultou o aparecimento e formação de um número maior de lideranças comunitárias suscetíveis de alavancar o projeto.

Diante de tal aspecto, o projeto encontrava dificuldades adicionais em preparar pessoas para atividades de trabalho conjunto e grupal, seja na gestão de um empreendimento coletivo (associação ou cooperativa), seja na própria organização de grupos comunitários e informais, a exemplo do grupo de jovens. Tal



característica teve impacto direto no desenvolvimento das atividades pela equipe técnica, pois gerava elevado tempo de preparação e formação de pessoas para participação nas atividades, além de redobrado esforço de planejamento e construção dos recursos pedagógicos apropriados à realidade das pessoas – pois havia especial atenção com a dimensão cognitiva do aprendizado –, sobrecarregando a equipe técnica e prolongando o tempo necessário da incubação.

O caminho geralmente mais curto e eficaz para minimização desse tipo de problema era conseguir formar um grupo de referência constituído por lideranças (novas ou velhas) que pudessem catalizar o processo de desenvolvimento das pessoas e empreendimentos locais, o que foi feito através do grupo constituído em torno do CDS. Porém, além de representar um número muito pequeno de pessoas, estas dispunham de pouca capacidade de iniciativa e sentiam-se fragilizadas diante das investidas do líder comunitário. Em resumo, faltava ao projeto poder contar com um número, mesmo que pequeno, de pessoas mais preparadas e qualificadas para exercer um efetivo papel de suporte às ações da equipe técnica, além de poder de influência positiva na comunidade; pessoas, portanto, capazes de “puxar” iniciativas e mobilizar outras pessoas para ações. Como esforço da coordenação, o projeto conseguiu, apenas em 2008, trazer uma participação importante – o Sr. Adailton – para se encarregar do mercadinho, o que permitiu um efetivo processo de reestruturação e avanço desse empreendimento. Registra-se que, antes disso, tal liderança havia contribuído fortemente com a ação de medicina comunitária.

### **b) presença de uma liderança comunitária centralizadora e autocrática**

Este pode ser considerado como o grande fator de obstáculo ao maior avanço do projeto. O presidente da única associação local existente foi convidado a participar ativamente desde o início das ações do projeto, em 2005, e teve presença marcante nos eventos e reuniões do projeto. Alguns sinais de mal estar com o projeto, de sua parte, já podiam ser sentidos muito cedo, ainda na primeira etapa, quando criticava e tentava inviabilizar alguns objetivos e iniciativas desenvolvidas (a exemplo da pesquisa histórico cultural ou do próprio processo de organização do grupo de jovens, entre outros).

Os esforços da equipe técnica em envolver o líder nas ações do projeto não foram poucos, como incluí-lo na diretoria do CDS. Porém, vivenciou-se, ao longo do tempo do projeto, um processo de degradação das relações com o líder, a ponto deste protagonizar uma campanha de mobilização local contra a obra de construção das casas e o projeto como um todo.

Nossa avaliação é que ele se sentiu ameaçado no seu espaço de poder e legitimidade local devido ao surgimento de algumas poucas novas lideranças, cujo intuito era compartilhar tarefas e ações em prol da comunidade, no contexto do projeto. Assim, no lugar de uma postura colaborativa, no sentido de reforçar o empoderamento da comunidade, através da democratização da sua dinâmica associativa, tal liderança empenhou-se, firmemente, numa campanha de combate às iniciativas e ações do projeto, bem como numa ação moral e política de deslegitimação das novas lideranças emergentes.

O ponto culminante do conflito se deu durante a obra de construção das casas, quando as duas pessoas que estavam à frente desse processo foram duramente criticadas e combatidas pelo líder comunitário, gerando uma série de seqüências negativas na relação com os demais membros participantes da obra.

Avaliamos que a presença de lideranças com caráter altamente centralizador e autoritário não significa nenhuma novidade em matéria de trabalhos comunitários em bairros populares. Importa ressaltar, inclusive, o recorte de gênero que assume grande relevância para nossa avaliação, já que as principais lideranças que emergiram durante o Eco-Luzia foram, fundamentalmente, mulheres, símbolo de menor capacidade e competência no imaginário machista, característico de tais lideranças. Além disso, houve um efetivo empoderamento de novos atores, com poder de voz e decisão.

Destaca-se, ainda, o fato de que o exercício da ação democrática envolve uma questão de aprendizado. É natural supor, assim, que num ambiente de cultura política personalística, como, aliás, é o caso na grande maioria das associações comunitárias, o trabalho pedagógico de fortalecimento do associativismo local via aprendizado de uma cultura política democrática torne-se questão elementar, exigindo um tempo suplementar ao processo de incubação.

### **c) falta de sincronia nos tempos sociais do financiamento, do trabalho da equipe técnica, do ritmo da obra de construção das casas e do ritmo da comunidade**

Destacam-se dois momentos para esse aspecto. Inicialmente, houve nítido descompasso em termos de anseios, expectativas e realizações efetivas, entre os tempos sociais da comunidade, da equipe UFBA e do financiador, refletido particularmente no longo período de ausência de recursos entre a conclusão da primeira etapa (nov./2005) e início da segunda etapa (jun./2006), o que acabou gerando: 1) desgaste de expectativa e desmobilização da população local; 2) desgaste na equipe técnica UFBA, constituída por profissionais altamente qualificados que haviam declinado de outras oportunidades profissionais; 3) desgaste da metodologia, pela desmobilização das pessoas, perda do ritmo de continuidade das ações, além de encarecimento de recursos (especialmente no caso dos materiais da obra).

Para minimizar esse problema, durante os sete meses de interregno entre o final de uma etapa e o início da outra, houve um processo de acompanhamento efetivo por parte da coordenação do projeto, com encontros semanais de avaliação e monitoramento das ações iniciadas. Além disso, o fato do projeto ter concluído a primeira etapa com a constituição de dois empreendimentos efetivos (o banco comunitário e o mercadinho), levou a um processo de constante relação com a comunidade. O papel da coordenação e equipe local, nesse momento, foi justamente de gerir os poucos recursos que haviam para manter essas duas estruturas em funcionamento, além de administrar a relação de mobilização com a comunidade como um todo.

No final das contas, tal esforço foi compensado com a retomada das atividades em junho de 2006 e o processo de remobilização exitoso da comunidade. No entanto, veio o fim do período de um ano de financiamento das atividades dos empreendimentos, num momento em que estes ainda careciam de maior necessidade de acompanhamento por parte da equipe técnica. Um primeiro aditivo de cinco meses ajudou bastante nesse processo, que foi prejudicado efetivamente pelo descompasso de tais ações de acompanhamento dos empreendimentos com os atrasos na conclusão da obra de construção das casas. Ou seja, praticamente todo o ano de 2008 caracterizou-se pelo esforço de conclusão da construção das casas sem um apoio mais sólido e efetivo aos demais empreendimentos, devido à ausência de recursos para manter uma equipe técnica de acompanhamento. A primeira consequência importante foi a sobrecarga da coordenação do projeto e, em seguida, a impossibilidade de reuniões mais regulares com a comunidade. Situação esta que acabou favorecendo as investidas de desmobilização das pessoas feitas pelo líder comunitário. Tais investidas visavam, inicialmente, uma desqualificação da obra e, logo em seguida, estavam destinadas ao boicote das demais iniciativas, especialmente o mercadinho e o banco comunitário; este último veio sofrendo um incremento de inadimplência extremamente prejudicial para a saúde do empreendimento.

### **d) pouca mobilização do poder público municipal**

Cabe mencionar ainda a pouca ação efetiva da equipe técnica e comunidade no sentido de mobilizar o poder público municipal para um diálogo e atenção efetivos com o projeto, como particularmente no caso da demora de quase oito meses para liberação do alvará de licença da obra de construção das casas. Há que se considerar, nesse caso, de todo modo, a sobrecarga da equipe técnica e a pouca mobilidade e preparo dos agentes locais para tal iniciativa. Soma-se a isso,

a pouca atenção dispensada por parte do poder público no sentido de perceber o caráter inovador do projeto, bem como sua fertilidade enquanto opção estratégica em termos de uma outra via para estimular ações de geração de trabalho e renda, nas áreas mais pobres da cidade e com forte poder de replicabilidade. Em suma, a administração municipal não percebia o conteúdo diferenciado do projeto e ocupava-se mais em tirar algum proveito econômico de sua relação institucional com uma empresa da envergadura da Petrobras.

### **e) pouca comunicação da equipe técnica sobre as realizações do projeto**

De fato, uma das deficiências na metodologia de incubação desenvolvida foi, justamente, a pouca ênfase na dimensão da comunicação das ações e resultados do projeto. Engolidos pelas demandas e problemas do cotidiano do projeto, em que uma infinidade de conflitos era administrada pela equipe técnica, esta não encontrou fôlego suficiente para um trabalho de maior investimento na comunicação do que se estava realizando. Tais demandas não foram poucas, conforme atestam as ações e produtos visíveis do projeto, além das ações mais invisíveis, do dia-a-dia, em contato aprofundado com as pessoas, compartilhando seus problemas, sofrimentos, angústias e tentando ajudá-las, numa realidade tão sofrida como a de Santa Luzia. Além desse papel de escuta, a equipe teve um grande volume de atividades, como preparação das oficinas, elaboração de relatórios, construção de propostas etc. O empenho e esmero da equipe técnica foram grandes e, sobretudo, o respeito profundo que cada um sempre teve por cada morador e moradora de Santa Luzia.

### *Avanços e possibilidades abertas pelo projeto*

O projeto Eco-Luzia trouxe impactos importantes na comunidade de Santa Luzia, os quais podem ser avaliados segundo diferentes dimensões. O aspecto mais qualitativo relaciona-se ao crescimento e amadurecimento de todos aqueles que estiveram mais diretamente envolvidos com as atividades. Por meio das oficinas educacionais e da qualificação de cada um no próprio cotidiano de desenvolvimento das atividades do projeto, houve um nítido processo de empoderamento pessoal, de percepção de suas próprias capacidades, de enxergar a realidade a sua volta de uma outra maneira, de aumento de auto-estima, enfim, de se vislumbrar um novo horizonte para a vida de cada um. Além das atividades no dia-a-dia do projeto em Santa Luzia, também contribuíram para tanto os vários encontros e reuniões de trabalho em Salvador, bem como viagens e participação em eventos em outras cidades, tudo isso proporcionado pela própria dinâmica do projeto Eco-Luzia.

Além desse aspecto do crescimento humano pessoal de muitos moradores e moradoras, uma segunda dimensão importante refere-se às estruturas organizativas criadas e que encontram-se em funcionamento hoje em Santa Luzia. Merecem especial destaque as experiências do Banco comunitário Eco-luzia, do Mercadinho comunitário, do CDS e do projeto de medicina comunitária, além da experiência do grupo de jovens. O Banco Eco-Luzia é uma grande referência no bairro. Foram mais de mil empréstimos realizados até hoje, permitindo uma circulação de micro-crédito local extremamente impactante para a economia local e a vida das pessoas. O banco acabou por representar, também, uma solução para inúmeras situações de dificuldade financeira extrema de seus moradores, não deixando de cumprir seu papel de fomentador de novas atividades e iniciativas locais. Além disso, contando com duas agentes de crédito muito bem preparadas, o banco representou, ainda, um espaço de mediação social, pois as pessoas vinham para solicitar um empréstimo e acabavam expondo suas vidas, estabelecendo-se uma relação de confiança muito importante para a dinâmica do banco, que conta também com os chamados CACs (comitês de avaliação de crédito, em que participam membros do CDS). Merece destaque, ainda na ação do banco comunitário, a extrema inovação representada pela introdução da circulação da mo-

eda social Trilha (T\$), que possui boa aceitação no bairro e permitiu um incremento de renda muito importante para seu comércio local, além de alimentar um sentimento de identidade entre seus moradores.

Além do banco Eco-Luzia, o mercadinho comunitário exerce papel fundamental na dinâmica da rede. Para os moradores, o mercadinho representa a oportunidade de adquirir, no próprio bairro, uma série de produtos por um custo muito inferior. Isto porque, antes do mercadinho, os moradores eram obrigados a se deslocar até o centro de Simões Filho para fazer suas compras, o que se tornava bastante caro pelo custo adicional de transporte. O mercadinho tem representado, ainda, uma experiência efetiva de aprendizado para o trabalho cooperativo na forma de estágio remunerado para alguns moradores e moradoras que estão vivenciando uma primeira oportunidade desse tipo.

Também a constituição do Centro de Desenvolvimento Solidário (CDS) tem grande importância por representar para muitos a primeira experiência efetiva de aprendizado de um processo de auto-organização associativa que foi vivenciado em cada etapa, desde a formação político-associativa, passando pela constituição dos seus instrumentos legais de fundação, até chegar a sua manutenção regular hoje. O CDS teve papel decisivo durante o processo de construção das unidades habitacionais, ratificando o caráter comunitário e associativo da obra. Hoje, constitui-se numa instância de poder associativo importante na comunidade, em que representa um espaço de articulação político-institucional privilegiado da comunidade junto a instâncias, tais como o poder público municipal, o Ministério Público de Simões Filho e a própria Petrobras. Torna, ainda, uma fonte de oportunidade para grandes saltos qualitativos da comunidade, no sentido de se buscar novos projetos e incitar as pessoas para uma ação efetiva no bairro e, assim, se formarem novas lideranças.

Juntamente com o CDS, a constituição de um serviço de medicina comunitária no bairro, com atendimentos regulares a cada semana (contando com uma equipe da UFBA formada por uma doutora e quatro estudantes-assistentes), representou uma iniciativa de alto impacto para a grande maioria das famílias de Santa Luzia que sofria com a ausência de posto de saúde nas proximidades. Finalmente, cabe salientar a importância das ações empreendidas pelo grupo de jovens criado no âmbito do projeto. Destas, além do jornal comunitário ("A Volta do Carteiro"), merece uma atenção especial a experiência de criação, formação e capacitação do grupo teatral constituído por 12 jovens. Estes demonstraram alta capacidade de superação ao realizar e desempenhar com brilhantismo mais de 10 apresentações em diferentes localidades. Foi uma experiência particularmente marcante pelo fato de representar uma alternativa de formação para jovens, cujo histórico de envolvimento com a violência é grande.

Uma terceira dimensão importante de impacto trazido pelo projeto reside, indubitavelmente, na própria obra de construção das 23 unidades habitacionais e dos dois equipamentos comunitários (mercadinho e espaço CDS). Trata-se de um condomínio popular que garantiu condições de moradia com qualidade, em termos de resistência e segurança. A comunidade participou ativamente da etapa de construção dos projetos arquitetônicos e, ainda que não tenha contribuído voluntariamente durante a construção, a grande maioria dos participantes foi recrutada localmente (com especial destaque para a figura do mestre Tônico), oportunizando uma experiência de aprendizado e vivência de um canteiro de obra, na formação individual. A obra mexeu com a vida da comunidade, gerou um fluxo e incremento de renda local extremamente significativos e revelou as profundas fragilidades de uma comunidade humilde e sofrida, seja na dificuldade do trabalho cooperativo, seja na falta de espírito de voluntariedade. No final das contas, a obra expôs várias feridas de uma comunidade vulnerável e que tem dificuldades em conseguir cicatrizá-las.

Assim, com a perspectiva de conclusão da obra de construção do condomínio popular para os primeiros meses de 2010, a vida da comunidade entrará numa nova etapa em termos de renda, para manutenção das novas condições de moradia e de vida. Mais do que nunca os propósitos e objetivos do projeto Eco-Luzia se

fazem necessários, no sentido de manter um novo patamar de vida para a comunidade e fortalecer a idéia de uma rede local, para geração de trabalho e renda. Dessa forma, a noção de rede local de economia solidária afirma sua pertinência.

Neste sentido, pode-se concluir que a comunidade está preparada para o enfrentamento dessas novas condições? De acordo com o balanço realizado sobre os avanços e limites do projeto, até aqui, pode-se afirmar que a comunidade não se encontra, ainda, devidamente preparada. Ora, isto implica, então, no fracasso do projeto? A resposta para essa segunda indagação é, também, negativa, já que não se trata de concluir, simplificarmente, por uma ou outra resposta. A realidade parece muito mais complexa do que a mera intenção ou desejo de pretender transformá-la. Avaliamos que, com o projeto Eco-Luzia, um grande passo foi dado pela comunidade para enfrentar um novo tempo, na medida em que, hoje, existem bases um pouco mais sólidas constituídas, como os empreendimentos montados; uma rede formada; ações e iniciativas, envolvendo os moradores e moradoras, que geraram qualificação; mudança de atitude; e um pouco mais de preparo para o enfrentamento de novas situações. Houve avanços e foram muitos, mas quando afirmamos acima que a comunidade ainda não está devidamente preparada, é como se quiséssemos vaticinar: avanços existiram, mas não foram suficientes! Contudo, jamais poderiam ter sido suficientes para uma comunidade com um histórico de muitos déficits. Esse é o tempo e o ritmo de Santa Luzia, os quais precisam ser compreendidos, para que os avanços reais aconteçam efetivamente.

Longe de ter sido em vão, os avanços obtidos até aqui constituem a plataforma para as novas possibilidades que se abrem para um desenvolvimento pleno do local. É como se devêssemos pensar a dinâmica do desenvolvimento de uma comunidade como absolutamente processual, em que se acumulam avanços, um a um. Contudo, dado o grau de fragilidade original da realidade local, tal acúmulo precisa ser constante para provocar transformações duradouras e, assim, haver sustentabilidade. É precisamente nesse aspecto que reside o risco de uma paralisação do projeto Eco-Luzia, pois se a plataforma constituída até aqui não for reforçada, enfraquece-se a possibilidade de novos avanços, o que levaria a um retrocesso no processo de transformação local.

Essa foi a preocupação da ITES/UFBA que a levou a captar recursos próprios para investimento na continuidade do projeto, depois da saída do principal parceiro financiador. A partir, principalmente, de recursos oriundos de edital público (SESOL/SETRE/FAPESB) para apoio a Incubadoras Universitárias de economia solidária, a ITES/UFBA vem dando continuidade ao projeto Eco-Luzia desde o primeiro semestre de 2009. Para tanto, o projeto de continuidade (representando uma terceira etapa do Eco-Luzia) foca a sustentabilidade de três empreendimentos fundamentais para a dinâmica do desenvolvimento local: o Banco Eco-Luzia, o Mercadinho comunitário e o CDS. A ênfase tem sido direcionada às atividades voltadas para o reforço de cada empreendimento, seja fortalecendo o processo de qualificação das pessoas, seja desenvolvendo novas ofertas de serviços e estratégias de remobilização comunitária.

Para efeito de conclusão, cabe uma última reflexão sobre o desafio que o projeto Eco-Luzia impôs. Este pode parecer, à primeira vista, ambicioso para uma comunidade com tanta carência: tornar sustentável uma comunidade a partir da capacidade de organização dos seus próprios moradores. Para tanto, a idéia de uma rede local de economia solidária constituída por empreendimentos associados seria necessária. Entretanto, a questão de fundo inquietante sempre foi a seguinte: como garantir a sustentabilidade de tais empreendimentos, ou da rede local, se contamos com um grande *déficit* de pessoas qualificadas na comunidade?

De fato, a pertinência dessa questão esta em apontar um problema ou obstáculo (conforme mencionado antes) capaz de minar qualquer tipo de alternativa pensada para o local. A resposta para tal questão encontrada pelo projeto Eco-Luzia reside, precisamente, num processo de reeducação local ou requalificação de pessoas. Contudo, trata-se de um investimento na formação que não pode acontecer independentemente do próprio desenvolvimento das iniciativas organizativas,

em razão dos mecanismos cognitivos de aprendizado das pessoas, razão pela qual tanta ênfase foi dada à manutenção dos empreendimentos durante o projeto. De todo modo, o investimento em pessoas requer e exige tempo; razão pela qual o tempo de incubação do projeto Eco-Luzia não poderia jamais conter-se aos prazos estipulados formalmente pelo convênio. Esse tempo precisaria, necessariamente, ser mais elástico, afinal, trata-se do tempo da comunidade de Santa Luzia, o qual a metodologia de incubação deve respeitar.

## Referências

ANPROTEC. Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Imovadores. *Perguntas e respostas*. Disponível em: <<http://www.anprotec.org.br/publicacao.php?idpublicacao=117>>. Acesso em: fev. 2008.

CAILLÉ, A. *Dé-penser l'économique*. Paris: La Découverte, 2005.

CATTANI, A. et al. (Org.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra, Pt: Almedina, 2009.

CUNHA, E. V. *Incubação de redes de economia solidária: limites e possibilidades de uma metodologia de intervenção para o desenvolvimento local – o caso Eco-Luzia*. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

CUNHA, G. C. *Economia solidária e políticas públicas: reflexões a partir do caso do programa da incubadora de cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André, SP*. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política da USP, São Paulo, 2002.

DAWBOR, L. *Democracia econômica: alternativas de gestão social*. Petrópolis: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. *Democracia econômica: um passeio pelas teorias*. Fortaleza: BNB, 2007.

ECO-LUZIA. *Perfil socioeconômico e caracterização de práticas de consumo e produção: documento de trabalho*. Disponível na Escola de Administração da UFBA. Salvador, 2005. (Projeto)

FRANÇA FILHO, G.; CUNHA, E.V. Incubação de redes de economia solidária. In: CATTANI, A.; HESAPANHA, P.; LAVILLE, J.I.; GAIGER, L. (Org.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra, Pt: Almedina SA, 2009.

\_\_\_\_\_; SILVA JR., J.T. Bancos comunitários de desenvolvimento. In: CATTANI, A.; HESAPANHA, P.; LAVILLE, J.I.; GAIGER, L. (Org.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra, Pt: Almedina SA, 2009.

\_\_\_\_\_. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v.15, n.45, p.219-232, abr./jun, 2008,

\_\_\_\_\_. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. *Civitas*, Porto Alegre, v.7, n.1, p.155-174, jan./jun., 2007.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas de economia solidária no Brasil. In: LAVILLE, J.L.; FRANÇA FILHO, G.; MAGNEN, J.P.; MEDEIROS, A. (Org.); *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. *Eco-Luzia II: constituição de rede de economia solidária para o desenvolvimento sustentável da comunidade de Santa Luzia em Simões Filho-BA (Anexo I – plano de trabalho do projeto)*. Disponível na Escola de Administração da UFBA, 2005.

\_\_\_\_\_; DIAS, C. *Santa Luzia: a história de uma comunidade*. Documento de Trabalho. Disponível na Escola de Administração da UFBA, Salvador, 2005. (Projeto Eco-Luzia).

\_\_\_\_\_; LAVILLE, J. L. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: EDUEFRGS, 2004.

HIGUCHI, A.K.; MACHADO, H.P.; TEIXEIRA, M.G. Incubadoras de cooperativas populares: desafios e caminhos para a superação. In: COLÓQUIO SOBRE O PODER LOCAL, 10, Salvador. *Anais...* 2006. Salvador, 2006.

ITCP; COPPE/UFRJ *Rede de ITCPs*. Disponível em: <[http://www.cooperativismopopular.ufrj.br/redes\\_itcps.php](http://www.cooperativismopopular.ufrj.br/redes_itcps.php)>. Acesso em: fev. 2008.

LAVILLE, J. L. *Le travail: une nouvelle question politique*. Paris: Desclée de Brouwer, 2008.

\_\_\_\_\_. *Une troisième voie pour le travail*. Paris: Desclée de Brouwer, 1999.

\_\_\_\_\_. (Org.) *L'économie solidaire: une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

LAVILLE, J.L.; DACHEUX, E. Introduction: penser les interactions entre le politique et l'économique. *Revue Hermès: Economie Solidaire et Démocratie*, Paris, n.36, 2003.

MANCIEUX, E. *Como organizar redes solidárias*. Rio de Janeiro: DP&A;Fase; IFIL, 2003.

\_\_\_\_\_. *Redes de colaboração solidária*. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. *A revolução das redes*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARÉCHAL, J.P. *Humaniser l'économie*. Paris: Desclée de Brouwer, 2000.

MÉDA, D. *Qu'est-ce que c'est que la richesse ?* Paris: Editions Alto/Aubier, 1999.

MELO NETO SEGUNDO, J. J.; MAGALHÃES, S. (Org.) *Bairros pobres, ricas soluções: Banco Palmas ponto a ponto*. Fortaleza: Lamparina, 2003a.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. (Org.) *PLIES: Plano Local de Investimento Estratégico – uma metodologia para gerar trabalho em territórios de baixa renda*. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2003b.

SACHS, I. *Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2006.

\_\_\_\_\_. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SEBRAE. *Sobrevivência e mortalidade de empresas paulistas de 1 a 5 anos*. São Paulo, 2005.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. *Gestão, fato associativo & economia solidária: a experiência da ASMOCONP/Banco Palmas*, 2004. 99 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004.

UNITRABALHO. *IES Agregadas*. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br/paginas/institucional/iesagregadas.html>>. Acesso em: fev. 2008.

VIVRET, P. *Reconsidérer la richesse*. Paris: Editions de l'Aube, 2004.

**Artigo recebido em 06/10/2008.**

**Artigo aprovado, na sua versão final, em 04/11/2009.**